

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA**
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS – DELEA
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS ÀS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

CAIO MÁRCIO FERREIRA LYRIO

**REVISITANDO AS RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS: RIO BRANCO E O
AMERICANISMO PRAGMÁTICO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

RIO DE JANEIRO
2022

CAIO MÁRCIO FERREIRA LYRIO

**REVISITANDO AS RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS: RIO BRANCO E O
AMERICANISMO PRAGMÁTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, do DELEA, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

Orientador: Prof. Dr. Elizeu Santiago Tavares de Sousa

RIO DE JANEIRO

2022

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

<p>L992 Lyrio, Caio Márcio Ferreira Revisitando as relações Brasil-Estados Unidos: Rio Branco e o americanismo pragmático / Caio Márcio Ferreira Lyrio. — 2022. 30f. : il. ; enc.</p> <p>Projeto Final (Graduação) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2022. Bibliografia : f. 29-30 Orientador: Elizeu Santiago Tavares de Sousa</p> <p>1. Brasil – Relações exteriores – Estados Unidos. 2. Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Barão do, 1845-1912. 3. Relações internacionais. 4. Língua inglesa – Regionalismo – Estados Unidos. I. Sousa, Elizeu Santiago Tavares de (Orient.). II. Título.</p> <p>CDD 327.273081</p>

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

Dedico este trabalho à minha mãe, pelo seu
infindável apoio.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer à minha mãe, Rosimere. Se hoje sou capaz de concluir meu curso de graduação, isso deve-se ao imensurável esforço e dedicação exercidos por esta mulher guerreira, que além de onipresente em minha vida, sempre me transmite tranquilidade e confiança para que eu possa seguir com meus objetivos.

Agradeço também ao meu orientador, Elizeu, pela paciente e agradável condução do trabalho. Admiro demais sua distinta polidez, inteligência e ponderação, és um diplomata da vida real e alguém em quem me inspiro. Para além de professor e orientador, o considero um amigo.

Devo reconhecer também cada um dos meus professores do LEANI, que formam um corpo docente muito acima da média. Com a forma que me introduziram às humanidades, vocês abriram meus olhos para reflexões que nunca antes pude vislumbrar.

Tenho ainda que mostrar gratidão os meus colegas de classe, com quem compartilhei ótimos momentos. Com vários destes tive o privilégio de aprofundar a amizade e carrego-as até hoje. Ciente que não conseguiria citar todos aqui nominalmente, procuro reforçar o quão cada um de vocês me foi importante nessa caminhada.

Preciso ainda deixar aqui meus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração desse trabalho.

E por último, mas não menos importante, preciso agradecer à Deus, por me resguardar em todos os momentos da minha vida.

RESUMO

LYRIO, Caio. **REVISITANDO AS RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS: RIO BRANCO E O AMERICANISMO PRAGMÁTICO**. 2022. 30 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

O objetivo deste trabalho é o de analisar as relações entre Brasil e Estados Unidos durante a gestão do Barão do Rio Branco à frente das relações exteriores do Brasil. Chanceler entre 1902 e 1912, Rio Branco é considerado o grande responsável pelo estabelecimento do americanismo pragmático nas relações internacionais do país. Durante a sua gestão, o país escolheria Washington como o local de abertura da primeira embaixada da história republicana, ato simbólico realizado em 1905. Para fins de investigação, optou-se pela análise qualitativa enquanto metodologia de trabalho, com base nas principais fontes primárias, tais quais o diário, discursos e instruções diplomáticas de Rio Branco, assim como fontes secundárias na qualidade de escritos especializados sobre o tema. Ao final da pesquisa, conclui-se que nunca houvera uma aliança entre os dois países, e sim uma aproximação circunstancial, tal qual se pode confirmar a partir da corroboração da nossa hipótese, de que as relações entre os dois países podem ser compreendidas por duas fases distintas.

Palavras-chave: Relações Brasil-EUA. Barão do Rio Branco. Americanismo Pragmático.

ABSTRACT

LYRIO, Caio. REVISITING BRAZIL-US RELATIONS: RIO BRANCO AND THE PRAGMATIC AMERICANISM. 2022. 30 pages. Trabalho de Conclusão de Curso - Federal Center of Technological Education – Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

The aim of this work is to analyze the relations between Brazil and the United States during the administration of the Baron of Rio Branco at the head of Brazilian Ministry of Foreign Affairs. Chancellor between 1902 and 1912, Rio Branco is considered the primarily responsible for the establishment of pragmatic Americanism in the country's international relations. During his administration, the country would choose Washington as the opening site of the first embassy in republican history, a symbolic act carried out in 1905. For research purposes, as a work methodology a qualitative analysis was chosen, based on the main primary sources, such as Rio Branco's diary, speeches and diplomatic instructions, as well as secondary sources in the quality of specialized writings on the subject. At the end of this study, it is concluded that there had never been an alliance between the two countries, but a circumstantial approach, as can be confirmed from the corroboration of our hypothesis, that the relations between the two countries can be understood by two distinct phases.

Keywords: Brazil-US relations. Baron of Rio Branco. Pragmatic Americanism.

LISTA DE SIGLAS

AHI	Arquivo Histórico do Itamaraty
NARA	US National Archives II
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. DO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS ATÉ RIO BRANCO.....	12
3. PENSAMENTO INTERNACIONAL E POLÍTICA EXTERNA DE RIO BRANCO.....	16
4. HIPÓTESE DE E. BRADFORD BURNS.....	21
5. EVIDÊNCIAS EM CONTRÁRIO.....	23
6. CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS	29

1. INTRODUÇÃO

Patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco pertence a uma seleta lista de personalidades capazes de integrar o panteão de heróis nacionais. Algo condigno à sua trajetória, visto haver sido o maior responsável pela consolidação dos limites fronteiriços do país, e aquele que moderniza o Itamaraty na condução da política externa brasileira. Se desde a instauração da república a diplomacia do país vinha radicalmente alterada, sobretudo quando das suas relações bilaterais, seria no período que abrange sua chancelaria que as relações com os Estados Unidos conjecturariam um possível ponto de inflexão.

No decorrer deste trabalho analisaremos as relações entre Brasil e Estados Unidos compreendidas entre os anos de 1902 e 1912, período durante o qual o Barão do Rio Branco foi o então Ministro de Relações Exteriores do país. Mais especificamente teremos o objetivo de reavaliar a hipótese de E. Bradford Burns, professor de história da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) e especialista em América Latina, de que durante esse período o Brasil haveria tido uma aliança não escrita com os norte-americanos, esta que seria imaginada, capitaneada e executada por Rio Branco.

Reavaliar essa possível aliança é algo importante, pois diz respeito a um tema central para as relações internacionais do Brasil, e se justificaria pelo fato de tratar de uma hipótese que apesar de ainda ser a mais aceita, já data de mais de cinquenta anos, em que poucos foram os que intentaram a reanalisar. Além disso seria relevante, devido às relações com os Estados Unidos tenderem a fugir da esfera acadêmica, uma vez que ter aquela figura que seria o patrono da diplomacia brasileira como americanista poderia servir a intenções políticas como argumento para legitimação.

Ao longo desse trabalho buscaremos responder algumas questões. Houve de fato uma aliança entre o Brasil e os Estados Unidos, seja ela escrita, não escrita, expressa ou tácita? Em que medida o Barão do Rio Branco foi um americanista? A hipótese deste artigo é de que na verdade nunca haveria tido qualquer aliança entre os dois países em nenhuma das formas, e que o Barão enquanto herdeiro do Império, seria na melhor das hipóteses um americanista circunstancial, possuidor de uma visão relativa aos Estados Unidos bem próxima àquela que tinha o Partido Conservador.

Argumentaremos que para o chanceler brasileiro nada seria mais importante que a intangibilidade territorial, consistente na manutenção do colosso territorial do Brasil, por onde acreditava que o país seria uma potência ao sul tal qual os Estados Unidos eram ao norte das

Américas, mas que no entanto era consciente de que a posição do Brasil era a de um país enfraquecido, que vinha de uma década de guerra civil e com alto risco de perder a Amazônia, e que, portanto, precisava dos Estados Unidos para não se ver esfacelar. Uma vez resolvida as pendências limítrofes mais agudas o distanciamento torna-se latente, principalmente após a Conferência de Haia de 1907 em que o não alinhamento então se evidencia, e logo faz-se acompanhado por diversas outras demonstrações desse limiar, na forma de movimentações diplomáticas em prol de uma maior aproximação com os países vizinhos da América do Sul e mesmo na maneira com que se prioriza uma aproximação militar com os países da Europa.

O método de pesquisa utilizado pelo trabalho é o de análise qualitativa, através do qual buscou-se investigar as principais fontes primárias, tais quais discursos proferidos e correspondências trocadas por Rio Branco, além dos documentos oficiais comutados entre os dois países; também se fez o uso de fontes secundárias, na qualidade dos principais livros e artigos produzidos sobre o tema. Em termos de discussão teórica, partiremos de uma análise da obra de E. Bradford Burns, “A Aliança Não Escrita: O Barão do Rio Branco e as Relações Brasil-Estados Unidos” (1966), livro que não só concebe tal hipótese como também é uma das mais importantes literaturas sobre o assunto.

Outrossim, é importante destacar que o presente artigo tem como base as considerações desenvolvidas ao longo do nosso projeto de pesquisa de mesmo nome deste, o qual foi apoiado pelo CEFET/RJ e CNPq-PIBIC no ano de 2020. Além disso, este trabalho dialoga com autores especialistas da área de Análise de Política Externa Brasileira, sobretudo aqueles preocupados em entender as relações internacionais do Brasil na passagem da Monarquia para a República.¹

A pesquisa a seguir é dividida em cinco seções, além desta introdução. Em um primeiro momento analisaremos o histórico da relação bilateral Brasil-Estados Unidos, buscando entender como se desenvolveu essa relação até a chancelaria de Rio Branco. Na sequência investigaremos qual seria o pensamento internacional e a política externa do Barão, no qual se procura examinar quais eram suas grandes ideias internacionais e qual de fato foi sua política externa. Após esta, teremos uma terceira seção com a hipótese de E. Bradford Burns, em que reavaliaremos as bases que fundamentam tal hipótese que até hoje é a mais aceita. A posteriori, tem-se nova seção, expondo todas evidências e argumentos em contrário à elucidação de Burns. Por fim, numa seção última de considerações finais, apresentaremos um balanço de todas ideias apresentadas, seguidas do parecer final contendo os resultados da reavaliação desta hipótese que é central para as relações internacionais do Brasil.

¹ Tais quais Amado Cervo; Clodoaldo Bueno; Christian Lynch; Elizeu Sousa; Luís Cláudio Villafañe Santos; entre outros mais.

2. DO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS ATÉ RIO BRANCO

Iniciadas ainda no período oitocentista, as relações entre Brasil e Estados Unidos são, por conseguinte, anteriores à gestão de Rio Branco no Itamaraty. Dessa forma, faz-se mister analisar o histórico dessas relações no século XIX para melhor refletir não só acerca dos eventos que marcaram o início da aproximação entre esses dois países, mas bem como analisar a que altura esta se encontrava quando da passagem à chancelaria do Barão.

Ao ser a primeira nação a reconhecer a independência do Brasil de modo oficial, os Estados Unidos deram um certo pontapé inicial, capaz de aferir forte entusiasmo no Brasil. Isso fica evidenciado nas palavras de Carvalho e Mello em despacho para Silvestre Rebello, encarregado dos Negócios Estrangeiros em Washington, ao afirmar que, “o Governo Brasileiro terá sempre em lembrança a Nação ilustrada e conterrânea que não hesitou em tomar a si a prioridade do reconhecimento do Império do Brasil” (AHI, 235/01/16).

Apesar do pioneirismo, foram-se quase dois anos desde a enunciação da independência brasileira até o reconhecimento norte-americano vir em 1824, onde muito dessa morosidade deu-se por conta de questões relativas ao tráfico de escravos e certa objeção à forma monárquica. Com relação ao primeiro, o objetivo era fazer da supressão do comércio escravista uma condição *sine qua non*, espécie de cláusula indispensável para que acontecesse o reconhecimento. Já relativo ao segundo fato, havia a resistência em reconhecer o Império do Brasil, visto se tratar de uma não-república, onde um ato de reconhecimento possivelmente parecesse favorecer as posições da Santa Aliança.²

No entanto, estas questões não seriam impeditivas, pois a independência do Brasil interessava aos estadunidenses sob todos os aspectos, de modo que a reconhecimento era não só provável, mas desejável. Como bem apontam Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, os Estados Unidos possuíam interesses maiores da ordem política e econômica, de tal maneira que, “desistindo de se opor à forma monárquica de governo, buscavam a expansão do ‘sistema americano’, o desafio à preponderância econômica e política inglesa e a sustentação de tais desígnios pela ação diplomática e pela presença de uma esquadra” (CERVO; BUENO, 2008, p. 25).

² A Santa Aliança foi uma coalizão que unia as grandes potências monarquistas da Áustria, Prússia e Rússia. Foi criada após a derrota final de Napoleão a mando do Imperador Alexandre I da Rússia e assinada em Paris em 26 de setembro de 1815.

Além disso, acenar ao reconhecimento parecia prudente, visto que naquele momento o fluxo comercial entre os dois países já era grande, como bem aponta o Secretário da Guerra sob a presidência de Monroe, o americano J. C. Calhoun, ao afirmar “que o reconhecimento da independência do Brasil era de alta importância, nosso comércio com ele sendo já muito elevado e prometendo tornar-se mais valioso do que com todo o resto da América do Sul” (CALHOUN, 1824, *apud* RAFFAELLI, 2006, p. 26). E de fato estava certo, pois as relações comerciais entre Brasil e EUA continuariam forte ao longo de todo aquele século, mesmo que de maneira desequilibrada, visto o saldo comercial brasileiro somar 41,6 milhões de dólares na década de 1840, e aumentar para 124,3 milhões de dólares na década seguinte. O café era o principal produto, após entrar em 1847 no mercado americano sem direitos, o que favorecia o Brasil. Em 1870 o produto atingiu 75% de toda sua exportação absorvida pelos Estados Unidos, numa clara evidência de quão forte já era o elo comercial entre as duas nações (CERVO; BUENO, 2008, p. 138).

Apesar dos louros no comércio, a relação enfrentaria alguns momentos de divergência, como no que diz respeito à Amazônia. Na década de 1850, o governo norte-americano arquitetou um plano de ocupação da Amazônia, que buscava solucionar a crise econômica de seus colonos do Sul, onde estes enviariam seus escravos para a região, na intenção de produzir borracha e algodão. Tal plano apesar de originário da iniciativa privada, possuía apoio tácito do governo norte-americano e tinha seu êxito dependente da abertura do rio Amazonas à navegação e comércio internacional, contando com o apoio de Inglaterra e França (CERVO; BUENO, 2008, p. 102).

A campanha era forte e buscava engajar a opinião pública, sendo liderada desde 1850 pelo tenente da Marinha norte-americana, Matthew Maury, e endossada de maneira altiva pelo representante do governo de Washington no Rio de Janeiro, Willian Trousdale, este último, “Em encontro com o Imperador, defenderia o direito regular da utilização dos grandes rios, vias naturais do comércio internacional. Ao lado das demais potências, pressionava o Império para a abertura do Amazonas” (SOUSA, 2017, p. 122).

Inicialmente a estratégia brasileira era defensiva, na busca de protelar a abertura do rio ao máximo possível, no entanto, tendeu a ser proativa o suficiente, de modo que buscou-se fortalecer a defesa do rio Amazonas e confeccionar acordos, tanto com Mauá³, tornando

³ Irineu Evangelista de Sousa, visconde de Mauá, foi um comerciante, armador, industrial e banqueiro brasileiro. Ao longo de sua vida foi merecedor, por contribuição à industrialização do Brasil no período do Império.

exclusiva por trinta anos a navegação no rio Amazonas por empresa brasileira⁴, e depois com o Peru em outubro de 1851, quando assinaram a “Convenção especial de comércio e navegação fluvial, extradição e limites”, tornando a navegação do rio exclusiva à ribeirinhos.

Já no Rio de Janeiro, cabia à cúpula do Partido Conservador, no poder naquele momento, arrefecer a altivez de Trousdale por meio de comunicados protelatórios. Já no fim do ano de 1855, em conversa com o representante americano, coube a José Maria da Silva Paranhos, que acabara de assumir o MNE (Ministério de Negócios Estrangeiros), responder categoricamente em despacho, de modo a sobressaltar que era improvável a abertura do Amazonas até que as questões de fronteira pendentes fossem concluídas, e que para além disso, “o Governo Imperial continuava a aderir à política de não concluir Tratados, exceto com pequenas potências lindeiras do continente americano” (NARA, m.121 r.25, despacho 66 de 24/10/1856).

A título de curiosidade, Paranhos, também titulado de Visconde do Rio Branco, é o pai do Barão do Rio Branco, e teria seu filho representando o Brasil e ganhando uma dessas questões de fronteira, a do Amapá, contra a França em 1899. Já a abertura do Amazonas, seria feita de forma muito bem calculada e só lançada quando sem riscos, o que aconteceria somente em 1866, quando a Guerra de Secessão, inclusive, já havia acabado.⁵

Relativo a esta Guerra, pode-se dizer que o Brasil esteve envolvido em alguns de seus desdobramentos. Em 1861 a política oficial do governo imperial para o desenrolar da Guerra de Secessão seria a neutralidade (RAFFAELLI, 2006, p. 101), havendo declaração oficial por meio de seu ministro dos Negócios Estrangeiros à época, Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, “..e por este motivo recebi ordem de Sua Majestade o Imperador para declarar a V. Excia. que o governo imperial julga dever manter-se na mais estrita neutralidade durante a guerra” (BRASIL, 1861, p. 18).

No entanto, não foi isso que se verificou, pois em setembro do mesmo ano o governador do Maranhão acolheu o navio *Sumter*, dos confederados do sul, o proporcionando todas as provisões pedidas. Tal ato logo fez protestar o governo federal e unionista estadunidense, no norte, que através de Webb, enérgico representante no Rio, esbravejava que seria só após um eventual fracasso dos EUA frente aos confederados, que outras nações amigas seriam hábeis,

⁴ A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que então criou, recebeu do governo brasileiro, pelo Decreto nº 1.037, de 30 de agosto de 1852, “privilegio exclusivo por trinta anos para a navegação a vapor do rio Amazonas.” (RAFFAELLI, 2006, p.138)

⁵ A Guerra Civil Americana, também conhecida como Guerra de Secessão ou Guerra Civil dos Estados Unidos, foi uma guerra civil travada nos Estados Unidos de 1861 a 1865, entre o Norte e o Sul. A guerra civil começou principalmente como resultado da longa controvérsia sobre a escravização dos negros.

“para tratar nossos rebeldes como ‘beligerantes’ e assim reconhecer, indiretamente, sua independência.” (NARA, m.121 r.29, nota de 1/11/1861).

O Brasil, por sua vez, respondeu com o alegar de praticar o estado de beligerância para com os confederados, e outrossim afirmara estar alinhado à forma de tratamento com que outras nações da Europa também proporcionavam, como visto em, “Esta atitude foi a que em relação aos ditos Estados tomaram as grandes Potências marítimas da Europa;” (MNE, Nota de 9/12/1861).

Mesma com o fim da Guerra de Secessão, alguns penduricalhos perduraram, e um deles fez envolver o Brasil novamente, a questão do *Alabama*. Não tendo os Estados Unidos bem digerido a convivência da Inglaterra, de permitir a saída de seus portos do navio *Alabama*, dos confederados, os norte-americanos logo buscariam indenização. Após concluírem juntos o Tratado de Washington em 1871, estes países submeteram a questão e outras discórdias mais para arbitragem. Sendo assim, coube a Dom Pedro II o convite para delegar o árbitro do derradeiro litígio entre Estados Unidos e Inglaterra. O laudo foi elaborado pelo designado Visconde de Itajubá, e em setembro de 1872 viria a dar parecer favorável aos Estados Unidos (RAFFAELLI, 2006, p. 163).

A propósito, Dom Pedro II seria o responsável por um dos momentos épicos da história das relações entre Brasil e Estados Unidos, não só do período oitocentista, mas de todos os tempos. Ao realizar visita extraoficial aos Estados Unidos em 1876, o Imperador do Brasil estava a prestigiar o vizinho do norte à vista daquilo que seriam as comemorações do primeiro centenário da independência daquele país. No ápice de sua visita, pôde inaugurar a Feira Internacional de Filadélfia ao lado do presidente Grant, e demonstrou completo deslumbre pela agricultura e indústria do país, sendo inclusive, a primeira pessoa a comprar ações da empresa Bell Telephone Company, o que fez do Palácio de Petrópolis, uma das primeiras residências privadas a contar com uma linha telefônica (THE LIBRARY OF CONGRESS, 2022).

A partir disso, e, não obstante, a aproximação entre essas duas nações fez-se contínua, como bem aponta Elizeu Sousa, “O Brasil pós-1876 é um Estado geopoliticamente satisfeito. Cumprida a agenda conservadora, fora um momento de acomodação no Prata, seguido por uma vigilante aproximação paulatina dos Estados Unidos.” (SOUSA, 2017, p. 211). Sobre os vindouros momentos republicanos, este ainda acrescenta, “os últimos lustros da Monarquia marcariam o declínio do pensamento conservador e a emergência gradativa do pensamento liberal, acompanhados pela forte pressão reformista” (SOUSA, 2017, p. 211).

Efetivamente, o Brasil faria em 1889 a maior das reformas possíveis, quando se converte em República. Como bem afirma Christian Lynch, a instauração da forma republicana não se

fazia necessária para implementação dos ideais liberais (2012, p. 283), no entanto ela demarcava desde já e de modo cristalino o tipo de política externa que se buscava realizar, com uma orientação mais pan-americanista. Tal passagem, não à toa, fez despontar rápida reação norte-americana, que pode ser percebida por meio de seu representante no Rio à época, Robert Adams, que afirmara que, “a forma republicana de governo está firmemente estabelecida, mesmo que o atual ministério caia. Nossa Constituição e bandeira foram copiadas, e, pensando em nossas futuras relações, desejo que nosso país seja o primeiro a reconhecer a República” (NARA, M121 R.51, despacho 20 de 19/11/1889).

De modo a coroar tal aproximação, ainda em 1889 o Brasil participaria da conferência pan-americana de Washington, bem como concordaria juntamente à Argentina, em enviar convite ao presidente dos Estados Unidos para arbitrar o litigioso território de Palmas. Inicialmente o barão Aguiar de Andrade era o encarregado da representação brasileira, mas devido a seu falecimento, o Barão do Rio Branco assumiu a delegação em 1893, a convite do então presidente Floriano Peixoto. As *Memórias*, sua exposição, contou com seis volumes e exatas 1683 páginas, consistindo numa documentação abundante em detalhes e que viria a garantir a vitória brasileira a partir do parecer favorável do presidente Cleveland (SANTOS, 2018).

A grosso modo, a aproximação entre Brasil e Estados Unidos que se inicia no século XIX ocorreu de modo cordial e respeitoso, à exceção de alguns eventuais conflitos onde o comportamento individual de seus agentes influenciou nas diferenças, o firme entendimento pendeu a acontecer devido aos muitos interesses que estes possuíam em comum. O comércio bilateral era o maior do continente e útil para os dois lados, e o estreitamento político de ambos permitia um melhor equilíbrio de poder⁶, na intenção de diminuir a influência da Europa. Até mesmo a similitude de extensão nas Américas parecia indicar que o mais apropriado era a aproximação. Assim, o período oitocentista lançaria as bases para a aproximação e cooperação entre as duas nações, e uma vez estabelecidas, caberia à Rio Branco o aprofundar destas.

3. PENSAMENTO INTERNACIONAL E POLÍTICA EXTERNA DE RIO BRANCO

⁶ Dá-se o nome de equilíbrio de poder a uma situação, nas relações internacionais, de competição entre diversas potências nacionais, mais ou menos iguais em poder. Tal competição impede uma potência de ganhar a supremacia sobre as demais.

Para entender o pensamento internacional do Barão, é preciso antes retratar o espaço-tempo do qual ele fora parte. Nascido em 1845, o Barão seria um conservador de berço, haja visto ser filho do Visconde do Rio Branco, um dos líderes do Partido Conservador. Além disso, teria toda sua infância baseada no convívio com colegas de seu pai, estes também líderes monarquistas e verdadeiros “saquaremas”, como eram chamados os integrantes do Partido Conservador, e que o influenciariam a enxergar o mundo pela perspectiva realista (LYNCH, 2014, p. 286).

Tal visão de mundo partia do princípio de um Estado forte e centralizador, capaz de impor a ordem, requisito este primordial para a execução das liberdades individuais. Tal ordem deveria imperar dentro e fora das fronteiras brasileiras, e para isso a valorização do equilíbrio no Rio da Prata era artefato fundamental frente às intenções expansionistas da Argentina. Outro elemento chave dessa agenda externa conservadora consistiria no uso do *uti possidetis*, princípio do direito internacional segundo o qual aqueles que tem uma posse real e efetiva de um território possuem direito sobre este (ACCIOLY, 2012, p. 155).

Tal recurso jurídico, apesar de servir como embasamento para proteção do território brasileiro, não seria único, já que num eventual malogro da diplomacia era importante estar preparado para o emprego da força militar. Em um discurso proferido em 1906, em razão das homenagens que lhe foram prestadas pelo Exército Nacional, Rio Branco atenta para tal possibilidade, “Mas o nosso amor à paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar(...) temos de prover pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela garantia dos nossos direitos que, às vezes, só a força pode dar” (RIO BRANCO, 2012A, p. 155).

Seria impossível, portanto, desassociar o pensamento internacional do Barão daquele pensamento que detinha o Partido Conservador. Outrossim, seria cabível insinuar que enquanto representante brasileiro nas questões limítrofes, Rio Branco utilizaria de sua formação conservadora de apreço pela intangibilidade territorial na defesa que faria pela manutenção do vasto território brasileiro, e que enquanto chanceler na República continuaria a agir de tal modo, como se fora um herdeiro do Império, e ao se portar inclusive de forma mais tradicionalista no trato que viria a ter com os Estados Unidos (LYNCH, 2014, p. 309).

Ao se tornar chanceler em 1902, Rio Branco encontraria a pasta das Relações Exteriores com uma agenda de ordem liberal, como o fora desde a implementação da República em 1889. Nesta agenda havia algumas convicções, tais quais o comércio enquanto um propulsor civilizador, o pacifismo ao invés da aplicação militar, e com relação aos Estados Unidos, o apreço à solidariedade americana, ou melhor, a execução de uma política de aproximação com

os norte-americanos. Acerca desta última, tal comportamento fica mais bem manifesto nas palavras de um dos grandes liberais da época, Tavares Bastos, que afirmara: “Queremos chegar à Europa?”, e continua, “Aproximemo-nos dos Estados Unidos. É o caminho mais perto dessa linha curva” (TAVARES BASTOS, 1938, p. 416).

Ao assumir o controle do Itamaraty, o Barão, no entanto, alteraria os rumos dessa agenda liberal, e remontaria a República a um programa de política externa independente, de nuances imperiais (LINS, 1945, p. 262). Prezar-se-iam agora por relações internacionais mais abrangentes tanto no campo de atuação, conforme fica evidente no desempenho brasileiro na II Conferência de Haia, como também no trato com certos países, como se faz perceptível na alteração de tratamento com os Estados Unidos, onde se reduziria o caráter ideológico dessa relação por um relacionamento de natureza mais pragmática.

Tamanho pragmatismo de Rio Branco se daria por conta da sua maior preocupação enquanto chanceler, a intangibilidade do território brasileiro (VIANA FILHO, 1967). Como bom conservador que era, acreditava que por meio da vasta extensão territorial do Brasil que o país viria a se tornar uma potência a nível mundial (SOUSA, 2017, p. 204). Mesmo por isso, enquanto na República, seu objetivo máximo era um propósito remanescente do paradigma conservador e iniciado ainda no Império, o de terminar a delimitação territorial do país, ou seja, finalizar o desenho cartográfico do Brasil, pondo assim fim aos inúmeros litígios fronteiriços pendentes (SOUSA, 2017, p. 217).

Assim, a política externa brasileira na era Rio Branco seria marcada pela tentativa de equilíbrio de poder, ora no Rio da Prata contra os vizinhos sul-americanos, em especial a Argentina, ora no desalento entre América Latina e Estados Unidos, sem, no entanto, esquecer da ameaça que era o imperialismo europeu. Em todos os casos, permaneceria sua preocupação ápice, garantir a segurança nacional via diplomacia, ao passo que recuperasse o prestígio internacional do Brasil.

Ciente dos perigos que assombravam o território brasileiro à época, como o rápido crescimento da Argentina e o apetite imperialista das potências do eixo europeu, Rio Branco enxergaria numa aproximação pragmática com os Estados Unidos uma maneira de proteger o Brasil das ameaças externas, de modo que o estabelecimento do monroísmo pragmático protegeria a segurança nacional do Brasil em duas frentes, a regional e a global (LYNCH, 2014, p. 289). Além disso, explorar o monroísmo como fórmula de solidariedade continental, apaziguaria a imagem dos Estados Unidos frente aos países da América Latina e alçaria o Brasil à posição de notoriedade no sul do continente americano. (LYNCH, 2014, p. 289).

Se para os norte-americanos essa aproximação pragmática significava uma melhora de imagem no sul do continente após as intervenções que fizera no Caribe, para os brasileiros a valia era maior. Conforme salientara Elizeu Sousa, o chanceler “valeu-se da excessiva aproximação levada a cabo pelos republicanos com o governo de Washington para equacionar a difícil Questão do Acre e manter o imperialismo europeu distante do território nacional” (SOUSA, 2017, p. 216).

Tida por Rio Branco como a sua maior conquista, a disputa do Acre foi também a mais difícil de todas, devido a pluralidade de atores envolvidos. O litígio só se resolveria com a assinatura do Tratado de Petrópolis por Brasil e Bolívia em 1903, definindo a anexação do atual estado do Acre ao território brasileiro. Mas restaria ainda se entender com o Peru, com intenções expansionistas, e principalmente com o Bolivian Syndicate, empresa majoritariamente norte-americana que tinha arrendado a exploração total da região por trinta anos.

Acerca dos peruanos, eles reclamariam direitos na região, mas chegariam a acordo com o governo brasileiro poucos anos após o tratado ser assinado. Sobre o Bolivian Syndicate, caberia ao governo brasileiro negociar o pagamento de uma compensação financeira aos investidores norte-americanos e ingleses. Com os bons ofícios de Assis Brasil, braço direito de Rio Branco em Washington, foi-se possível chegar a um denominador comum na questão dos valores, e impedir o apoio norte-americano junto ao governo boliviano. Tal estratégia foi explicada pelo próprio Rio Branco, costumeiro utilizador de pseudônimos ao escrever em periódicos, de modo a defender suas ações.

O Brasil não “vai pagar à Bolívia, por preço mais avultado, o que já pagou ao sindicato norte-americano”. O pagamento de £ 112.000 ao sindicato deve ser levado em conta na soma dos sacrifícios que fazemos para resolver definitivamente a chamada questão do Acre, mas não houve nessa operação compra de direitos ou de territórios. O que fez então o governo brasileiro foi eliminar um elemento perturbador e perigoso, que andava a suscitar-nos dificuldades na Europa e na América do Norte, tirar ao governo boliviano a esperança de apoio estrangeiro, simplificar a questão entre o Brasil e a Bolívia e facilitar um concerto amigável entre os dois países. (RIO BRANCO, 2012, p. 439)

Em seguida, num gesto de anuência bilateral que prosseguiria com a aproximação entre os dois países, em 1905, sob a batuta do Barão seria criada a primeira embaixada brasileira da história republicana, em Washington nos Estados Unidos. Não bastasse sua criação, em mais um aceno que reforçaria a importância da ocasião, também seria escolhido para o posto de embaixador ninguém menos que Joaquim Nabuco, um dos maiores e mais capazes diplomatas brasileiros, que inclusive ocupara o maior posto do corpo diplomático brasileiro no estrangeiro até então, de Ministro em Londres.

Tal mudança, todavia, não significaria o deslocamento de eixo da diplomacia brasileira de Londres para Washington, mas sim um entendimento de que naquele momento, havia o advento de um novo ator também notável no sistema internacional. Esse juízo ficaria bastante evidente em ofício enviado por Rio Branco a Nabuco, na legação de Washington, “A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com quem contar” (RIO BRANCO, 1905, *apud* LINS, 1945, p. 332).

Como aponta Ricupero, apesar de nos dias de hoje embaixadas serem um instrumento diplomático um tanto mais comum entre os países, na época tal prática era de um enorme simbolismo diplomático (RICUPERO, 2009, p. 92). Assim, a criação da primeira embaixada brasileira representava para o mundo uma mudança qualitativa na relação entre Brasil e Estados Unidos. Principalmente em seu início, quando a proximidade entre os dois países era mais forte, a legação em Washington renderia bons frutos para o Brasil, entre eles a proeza de conseguir trazer o Secretário de Estado norte-americano Elihu Root para o Rio de Janeiro na ocasião da III Conferência Pan-Americana. Isso foi algo até então inédito e que somente foi obtido em virtude das grandes capacidades interpessoais de Joaquim Nabuco, que conquistara inclusive a amizade e admiração do presidente Theodore Roosevelt.

Mas ao contrário do que todos esperavam, inclusive o próprio Nabuco, a criação da embaixada brasileira em Washington não culminaria no estabelecimento de uma aliança entre os dois países. Antes, o que se veria principalmente a partir de 1907 na II Conferência de Haia, onde os Estados Unidos classificariam o Brasil como país de terceira ordem, foi o ressaltado do caráter pragmático do Barão com relação aos norte-americanos (LYNCH, 2014, p.290). Ora, se os dois países tivessem uma aliança de fato, dificilmente seus representantes não haveriam dialogado durante os meses de planejamento que precedem conferência de tamanho porte.

Através desse evento, começaria a se perceber um movimento de distanciamento do Barão no que diz respeito aos Estados Unidos. Daí em diante, o que se observaria seria o advento de novas condutas nas relações diplomáticas, expressas no empenho que põe na aproximação com os governos de Buenos Aires e Santiago, na tentativa de se formar um pacto, o ABC, e na predileção para se fazer negócios de aparatos militares com os países europeus, em detrimento dos estadunidenses (SOUSA, 2017, p. 217).

Além do mais, ficaria evidente o tom de sua política externa com relação aos Estados Unidos, o de um verdadeiro americanista circunstancial, onde com uma diplomacia de não mais apego ideológico aos ianques, o Brasil articulava com estes tal qual se fora num movimento

pendular, onde se aproximaria ou se distanciaria a partir das circunstâncias que o cercam e o interessam, numa enfim consecução de autonomia por parte da diplomacia brasileira.

Enquanto Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco concluiria dez tratados limítrofes junto a países vizinhos, proporcionando o mapa do Brasil como se conhece hoje. Superadas as pendências limítrofes, sua preocupação se voltaria ao equilíbrio de poder, diante da Argentina ao buscar o equilíbrio no Prata, frente ao não-expansionismo estadunidense no sul das Américas e quanto ao escape do imperialismo europeu. Não pertencente a América espanhola e não conivente aos norte-americanos, executa uma diplomacia de orientação pragmática tanto na aproximação com os vizinhos regionais, quanto na coalizão circunstancial que teria com os norte-americanos, de modo a sempre priorizar a segurança territorial.

Proporcionador de excepcionais frutos, tais quais a delimitação de todas as fronteiras do Brasil e êxito nos mais diversos tratados e acordos comerciais com países vizinhos, Rio Branco não seria somente o Barão, mas como também “o chanceler”, visto inaugurar aquilo que será a nova fase da diplomacia brasileira. Ao modernizar a política externa imperial aos tempos republicanos, dita as bases daquilo que seria tido como o modelo da diplomacia brasileira, e merecidamente seria homenageado dando nome à entidade que forma diplomatas no Brasil, o Instituto Rio Branco.

4. HIPÓTESE DE E. BRADFORD BURNS

“Amizade tradicional” é a forma com que o professor estadunidense Bradford Burns descreve o tom do relacionamento entre Brasil e EUA desde a proclamação da República brasileira em 1889 (BURNS, 1966, p. 11). Para ele, dando continuidade a uma tendência de aproximação nas relações bilaterais entre os países, foi no instante da chancelaria de Rio Branco que o Brasil teve uma aliança não escrita com os Estados Unidos, esta ainda que seria imaginada, capitaneada e executada pelo Barão. Tamanha hipótese de Burns seria concebida e daria nome em seu livro, “A Aliança não escrita: O Barão do Rio Branco e as Relações Brasil-EUA” (1966).

Segundo o autor, Rio Branco como bom realista que era, compreendia que o futuro do Brasil se encontrava no Novo Mundo, mesmo que ainda cultivasse evidente admiração pela Europa, continente onde viveu por anos (BURNS, 1966, p. 53). Bom entendedor das condições brasileiras no período, Burns aponta que naquele instante a prosperidade brasileira dependia da

venda de produtos no mercado mundial, especialmente o café, produto que era a base da economia brasileira e que tinha os Estados Unidos como maior comprador (BURNS, 1966, p. 83).

Dessa forma, para si, “Rio Branco compreendia bem a relação entre comércio e diplomacia”, e além disso entendia que, “Essa prosperidade... fortalecia as chances que tinha o Chanceler de levar adiante, com êxito, a sua política externa. Por isso ele se preocupava pessoalmente com o êxito do comércio, especialmente no caso dos Estados Unidos...” (BURNS, 1966, p. 83). Assim, ao relacionar a importância do comércio com os estadunidenses para a consecução da política externa de Rio Branco, Burns apontaria o comércio enquanto primeira justificativa ou mesmo o pano de fundo para o intento do Barão em aproximar os dois países.

Vale lembrar que em 1902, instante que Rio Branco assume o comando do Itamaraty, o Brasil se encontrava numa posição internacional deveras frágil. Além das finanças abaladas, o país estava enfraquecido após quase uma década de guerra civil, lidava com sérios problemas fronteiriços e corria o risco de perder a Amazônia, vide a ameaça que era o imperialismo europeu. Nesse cenário, uma aproximação junto aos norte-americanos seria importante, uma vez que os Estados Unidos emergiam então como influente ator no sistema internacional.

Em vista de tudo isso, Burns afirmaria que, “Rio Branco decidiu estimular o crescimento da amizade entre o Brasil e os Estados Unidos como um meio para alcançar mais facilmente suas metas de política exterior.” (BURNS, 1966, p. 11). De fato, essa aproximação acabou por se mostrar efetivamente vantajosa para a diplomacia brasileira em diversas ocasiões.

Possivelmente a maior destas seria a questão do Acre, onde Rio Branco buscava ganhar a simpatia dos EUA para conseguir anexar a área litigiosa ao território brasileiro. Para isso evoca a Doutrina Monroe, que preza pela “América para americanos”, e consegue assim impressionar o Departamento de Estado norte-americano de tamanho modo que, “o argumento referente à Doutrina Monroe passou a ser um dos principais e mais importantes contra o Sindicato Boliviano” (BURNS, 1966, p. 106). Aqui, o fato de países europeus fazerem parte desse Sindicato representava uma ameaça de possível penetração europeia em território sul-americano.

No entanto, para o Brasil, essa ameaça também ocorria no âmbito regional, pois o Peru também tinha interesse no Acre. Apesar de confiança na vitória contra o Peru, Rio Branco tinha receio de os peruanos obterem apoio do Departamento de Estado, de tal maneira que compreendia que cada vez mais Washington era o “campo de batalha” diplomático da América do Sul (BURNS, 1966, p. 115). Uma vez que os Estados Unidos demonstraram neutralidade na questão ao negar apoio aos peruanos, o êxito brasileiro esteve assegurado, naquilo que pra

Bradford Burns era uma demonstração de uma “entente tácita” entre Brasil e EUA (BURNS, 1966, p. 119).

Após tais fatos, o autor aponta que para Rio Branco, a tendência da crescente amizade entre os países, “exigia uma expressão diplomática de satisfação mútua” (BURNS, 1966, p. 119). Assim, em 1905 tal relação bilateral atingiria seu ápice com a criação da embaixada brasileira em Washington. Como salientara Burns, “teve origem no Barão a ideia de criar nos Estados Unidos a primeira embaixada brasileira, e ele a estimulou.” (BURNS, 1966, p. 125). Desse modo, para si, a instauração da embaixada em Washington marcaria uma mudança na diplomacia brasileira, onde, “Washington, e não mais Londres, seria, doravante, o ponto focal das manobras diplomáticas brasileiras.” (BURNS, 1966, p. 126).

Para o posto de embaixador em Washington, Joaquim Nabuco foi a escolha de Rio Branco. Durante o tempo em que foi embaixador, Nabuco pôde impedir que houvesse a imposição de uma tarifa sobre café brasileiro pelo congresso estadunidense (BURNS, 1966, p. 87), ensaiou ativar o apoio norte-americano a favor do Brasil e frente à Alemanha, naquilo que ficou conhecido como o “caso Panther” (BURNS, 1966, p. 128), e cooperou com o então Secretário de Estado norte-americano Elihu Root para que acontecesse a sua visita ao Brasil (BURNS, 1966, p. 132).

A visita de Root ao Brasil seria classificada por Burns, “como o ponto mais alto da amizade brasileira-americana durante a gestão de Rio Branco como Chanceler”. E o autor continuaria, “Sua visita significava o sucesso da política de Rio Branco, de alinhamento dos Estados Unidos e do Brasil, apoiada fiel e energicamente por Nabuco” (BURNS, 1966, p.137).

Enquanto no Brasil, Elihu Root insinuaria em discurso que não seria necessário a existência de uma aliança formal para ocorrer a união entre os Estados Unidos e o Brasil (BURNS, 1966, p. 206). Na interpretação de Burns, portanto, durante a chancelaria de Rio Branco essa união se daria através de uma aliança não escrita entre os dois países. Mas uma vez que não existe nada formalizado, torna-se muito complexo tachar se houve ou não de fato uma aliança entre os países no período. Mas pelo sim ou pelo não, e até que se prove o contrário, essa hipótese de Burns permanece até hoje como aquela mais aceita.

5. EVIDÊNCIAS EM CONTRÁRIO

Se durante a chancelaria de Rio Branco haveria de fato um aprofundar das relações entre Brasil e Estados Unidos, ao mesmo tempo nesse período ocorreriam inúmeras evidências que demonstram que essa aproximação seria de caráter mais circunstancial, sobretudo na segunda metade da sua batuta enquanto chanceler. No entanto, algumas evidências já se faziam aparentes mesmo na primeira parte de sua chancelaria, quando as relações eram mais forte.

Quando o Secretário de Estado norte-americano Elihu Root faz visita ao Brasil, na Conferência Pan-americana no Rio de Janeiro de 1906, esperava-se que Rio Branco priorizasse dissertar exclusivamente sobre os Estados Unidos. Mas surpreendentemente, o que se verifica é a formalização de uma calorosa alusão à Europa em seu discurso, ao dizer que aos países da Europa, “a que sempre nos ligaram e hão de ligar tantos laços morais e tantos interesses econômicos, só desejamos continuar a oferecer as mesmas garantias que lhes tem dado até hoje o nosso constante amor à ordem e ao progresso.” (RIO BRANCO, 2012A, p. 149). Ou seja, naquele momento que para Burns significaria o ápice da relação bilateral entre os países, Rio Branco tece fortes elogios à Europa em detrimento dos Estados Unidos.

A par desta declaração, outras demonstrações estariam por vir. Mais uma seria agora relativa ao caso do vaso de guerra alemão nomeado Panther. Aqui, a Alemanha violaria a soberania do Brasil no instante que executa missão de busca a um alemão refugiado do serviço militar. Tão logo alertado pelo Barão, Nabuco antecipa-se e faz valer dos bons ofícios que cultivava em Washington para acionar o Departamento de Estado estadunidense a vir em defesa do Brasil.

Após ação precoce do Embaixador no episódio, Rio Branco enviaria telegrama à Nabuco num claro tom de reprovação à tal atitude. A repreensão teria direito a nota de reparação, “Fiz aparecer nota jornais dizendo ser inexato Vossência houvesse dito fora encarregado fazer exposição” (CHDD, 2011A, p 73). A condenação foi tamanha, que foi preciso jornais americanos, como o New York Times afagarem Nabuco, ao afirmarem que o mesmo não pediu ajuda, “minister added question was no way grave and not true Brazil had asked United States take action” (CHDD, 2011A, p 74).

Este caso, no entanto, não seria um dos únicos momentos que deflagra o descompasso entre os dois. Nabuco por vezes confidenciaria a amigos que Rio Branco não o enviava mais instruções. Quando o embaixador envia telegrama a Oliveira Lima, afirmaria que o Barão, “não me escreve, nem me diz nada, de modo que não posso conjeturar coisa alguma quanto aos planos e pensamento dele” (NABUCO, 1949, p. 225). Já para Graça Aranha, revela se sentir de

certa forma abandonado na Embaixada, uma vez que Rio Branco teria arrefecido, “sinto que ele às vezes esquece este posto” (NABUCO, 1949, p. 321).

Todavia, o divisor de águas nas relações entre os países se daria em 1907, quando no instante da II Conferência da Paz de Haia. Na ocasião, os Estados Unidos surgem com uma proposta surpresa para se criar uma Corte Internacional de Justiça. Ao obter a informação, o delegado brasileiro na Convenção, Ruy Barbosa, prontamente avisa à Rio Branco, “Acabo ter notícia grave americanos guardam segredo absoluto sobre organização corte permanente...”, e continuaria enquanto admitiria vergonha, “Vocência verá se por meio Washington nos poupam tamanha e amarga humilhação. Verificada ela não compreendo Brasil possa dignamente continuar conferência.” (RUY BARBOSA, 2014, p. 87).

Na proposta apresentada, tal Corte seria composta por nove juízes nomeadamente permanentes, advindos de potências como EUA e países europeus, enquanto os demais oito juízes viriam dos demais países, de modo rotativo. Nesse cenário, a América do Sul, e especificamente o Brasil, eram rebaixados a nações de quinta ordem. Deveras contrariado, Rio Branco desabafa a Ruy Barbosa, “Não duvidaremos quando se ofereça ocasião recorrer a esse tribunal mas não podemos fazer parte dele figurando o Brasil na quinta classe.” (RIO BRANCO, 2014, p. 158).

Em Conferência de tamanho porte, é de se imaginar que países que possuam uma aliança, seja ela escrita ou não-escrita, estejam inteirados e incluídos nos programas um do outro. Mas o que se verificaria enquanto reação de Rio Branco, é uma total surpresa e indignação, “Para tratar países latino- americanos como o quer fazer delegação Estados Unidos, se é certa notícia que nos foi dada, era melhor não os convidar para Haia.” (RIO BRANCO, 2014, p. 90-91).

Após Haia, o que se veria na política externa de Rio Branco seriam sucessivas demonstrações de um paulatino distanciamento nas relações do Brasil com os Estados Unidos. Resolvido os problemas fronteiriços mais latentes, e com a economia agora mais saneada, Rio Branco buscava revigorar a força militar brasileira ao passo que retoma relacionamento com o Velho Mundo. Assim, adquire aparatos militares junto aos países europeus, em detrimento dos norte-americanos. Nesse sentido, se aproxima militarmente da Alemanha, com direito a envio de turmas para estágio em Berlim, compra submarinos da Itália, e faz a aquisição de dois “dreadnoughts” da Inglaterra, no passo que dava continuidade a sua estratégia de “diplomacia militar” (BITTENCOURT, 2012, p.73).

Além disso, poria esforços em aproximar-se da Argentina e do Chile para a criação do pacto ABC. Rio Branco vinha a amadurecer tal ideia por anos, como quando publica artigo no “Jornal do Commercio”, enfatizando que os momentos de guerra no Rio de Prata estavam terminados, “O Brasil nada mais tem que fazer na vida interna das nações vizinhas.” (RIO BRANCO, 2012B, p. 519).

Pouco depois dessa declaração, essa ideia se comprova com sua resposta a Nabuco em 1908, quando no mesmo fragmento traduziria ainda o estado da relação com os EUA naquele instante, “quando se falou em aliança argentina, você disse-me que não devia-mos querer outra aliança senão a dos estados unidos. essa e a chilena são as duas que desejaríamos ter, mas a americana só existe nas bonitas palavras que temos ouvido a roosevelt e a root” (CHDD, 2011B, p. 126).

6. CONCLUSÃO

A hipótese de Bradford Burns de que houve uma aliança não escrita entre Brasil e Estados Unidos durante a chancelaria de Rio Branco foi vislumbrada em 1966, num período peculiar da história do Brasil. Nesse instante, o país rompe com o regime democrático, vide o adentrar de uma ditadura militar, e teria em seus anos seguintes uma política externa ideologicamente deveras alinhada à diplomacia norte-americana. De lá para cá mais de cinco décadas passariam e a tese que sublinha Rio Branco enquanto esse grande americanista continuaria a ser a mais aceita.

Quando, no entanto, se analisa o pensamento internacional do Partido Conservador e a política externa de Rio Branco, bem como todas as evidências, sobretudo os eventos da III Conferência Pan-americana e II Conferência da Paz de Haia que ocorrem em 1906 e 1907 respectivamente, é bastante improvável que interpretações do tipo de aliança não escrita entre Brasil e Estados Unidos imaginadas pelo Barão possam ser apontadas coerentes até os dias de hoje.

Sendo herdeiro do pensamento do Partido Conservador do Império, Rio Branco dificilmente pôde preconizar a ideia de Burns, de que foi um grande americanista. Esse título caberia muito mais a Joaquim Nabuco, que por muitas vezes se queixava, e com razão, de ter sido esquecido na Embaixada. A Rio Branco convém melhor o atributo de americanista

circunstancial, pois tinha a visão de que o Brasil estava destinado a ser uma potência ao Sul das Américas tal qual os Estados Unidos eram ao Norte.

Esse potencial que teria o Brasil se atingiria via manutenção do colosso territorial que era o país. Nada era mais importante para si, enquanto um conservador do Império, do que a intangibilidade do território brasileiro. Mas para se conseguir isso num momento em que o país estava enfraquecido militar e economicamente, era importante uma aproximação com os Estados Unidos, mas tudo isso ocorre de maneira circunstancial.

Quando se aproxima do gigante do Norte, Rio Branco o faz pois era conveniente aos desafios internacionais que o Brasil enfrentava à época, como o imperialismo europeu e a questão do Acre. Essa, no entanto, foi uma aproximação puramente tática, pois assim que equacionado os problemas fronteiriços e de segurança mais latentes, começaria a se distanciar dos norte-americanos, principalmente após a decepção que teve com o posicionamento defendido por estes na II Conferência da Paz de Haia. Desse modo, de maneira contrária à ideia de aliança entre os dois países, o que de fato aconteceu foi uma aproximação circunstancial, resultado de uma política externa agora autônoma e pragmaticamente orientada.

Enquanto chanceler, as grandes prioridades de Rio Branco seriam a defesa da autonomia diplomática e a consolidação territorial. Tinha noção de que os norte-americanos em viés de expansão, só possuíam interesses, e que nunca fariam acordo algum, principalmente com um país nas condições econômicas que se encontrava o Brasil. Assim, o Barão veria o lograr de sua chancelaria através de uma política externa pragmaticamente orientada, de onde se utiliza de uma aproximação estratégica com os Estados Unidos para obter sucesso em seus desafios internacionais.

Desse modo, Rio Branco surge então como o grande responsável pelo estabelecimento do americanismo pragmático nas relações internacionais do Brasil. Sua gestão enquanto chanceler faz a política americanista de outrora perder o componente ideológico em prol de uma atuação mais pragmática. Mesmo por isso, se verifica que sua chancelaria engloba momentos de grande aprofundar nas relações bilaterais entre os países, e outros de notório distanciamento. E se por vezes o pragmatismo do Barão flerta com um americanismo idealista, isso teria a ver com as condições em que se encontravam o Brasil. Ora, para um país que se encontra falido economicamente e militarmente, por vezes, proferir um discurso idealista tem fins realistas.

Corroborou-se assim a hipótese por nós aventada segundo a qual as relações bilaterais durante a gestão do Barão do Rio Branco podem ser compreendidas em duas fases distintas,

embora complementares. A primeira, entre 1902 e 1906 compreendia a aproximação bilateral com o objetivo de maximizar o poder do Estado brasileiro mediante ao alinhamento pragmático aos Estados Unidos. Os objetivos de tal ação eram a resolução exitosa dos diversos problemas fronteiriços que o país enfrentava. A segunda, entre 1907 e 1912, compreendia o momento de equidistância entre Washington e Buenos Aires. Dito de outra forma, resolvida com sucesso a questão limítrofe, o país se lançou na estratégia de maior aproximação com os vizinhos regionais, sobretudo Argentina e Chile, embora mantivesse em alto perfil o relacionamento com o gigante do norte.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e; CASELLA Paulo Borba. Manual de direito internacional público. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARBOSA, Rui. II Conferência da Paz – Haia, 1907. A correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa. Brasília: FUNAG, 2014.

BRASIL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Relatório Anual à Assembléia Geral Legislativa. Rio de Janeiro, 1831 – 1889.

BITTENCOURT, Armando de Senna. O emprego do poder militar como estratégia de Rio Branco. Barão do Rio Branco: 100 anos de memória. Funag: Brasília, 2012.

BURNS, E. Bradford. The Unwritten Alliance Rio Branco and Brazilian- American Relations. Nova York e Londres: Columbia University Press, 1966.

CERVO, Luiz A.; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 3ª ed. Ampliada. Brasília: Editora UNB, 2008.

CHDD, Centro de História e Documentação Diplomática. Joaquim Nabuco, Embaixador: Vol. I (1905-1907). [S. l.]: FUNAG, 2011A.

_____. Joaquim Nabuco, Embaixador: Vol. II (1908-1910). [S. l.]: FUNAG, 2011B.

HILL, Lawrence F. Diplomatic relations between the United States and Brazil. Durham: Duke University Press, 1932.

JORGE. Araújo G. Introdução às obras do barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

KARNAL, Leandro; FERNANDES, Luiz Estavam; MORAIS, Marcus Vinícius; PURDY, Sean. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

THE LIBRARY OF CONGRESS. Dom Pedro II and America. Disponível em <http://international.loc.gov>. Último acesso em novembro de 2022.

LINS, Álvaro. Rio Branco. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, (85), 277-311; 2012.

_____. Um saquarema no Itamaraty: por uma abordagem renovada do pensamento político do Barão do Rio Branco. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 15, p. 279-314, Dec. 2014.

NABUCO, Joaquim. Cartas a Amigos (coligidas e anotadas por Carolina Nabuco). 2v. São Paulo Instituto Progresso Editorial, 1949.

RAFFAELLI, Marcelo. A Monarquia e a República: Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império. Rio de Janeiro: CHDD/FUNAG, 2006.

RICUPERO, Bernardo. Rio Branco: O Brasil no Mundo. Rio de Janeiro: Contraponto/PETROBRAS, 2000.

_____. Um doce crepúsculo: a diplomacia de Joaquim Nabuco. In: Alonso, Angela e Jackson, David K (orgs). Joaquim Nabuco na República. S.P., Editora Hucitec/Fapesp, 2012.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do. Discursos. Obras do Barão do Rio Branco IX – Discursos. Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão, 2012A.

_____. Discursos. Obras do Barão do Rio Branco X – Artigos de Imprensa. Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão, 2012B.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G.. Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco (Portuguese Edition). Companhia das Letras, 2018.

SOUSA, Elizeu Santiago Tavares de. Pensamento político e política externa no Brasil Imperial: tendências do pensamento internacional brasileiro. Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2017.

TAVARES BASTOS, Aureliano C. Cartas do Solitário [1861/1862]. 3a Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

VIANA FILHO, Luiz. A vida do Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: Livraria Martins Editora, 1967.